



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## **COMUNICAÇÃO E ABSTRAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL - UM OLHAR SOBRE O SINTTEL/PR DURANTE A DÉCADA DE 90 -1**

**Marcos Alexandre dos SANTOS FERRAZ**

Professor da Universidade de Guarulhos,  
UG

**RESUMO** - *Este texto faz uma análise sobre a ação sindical na década de 90. O ponto de partida é a crise do movimento sindical que se manifesta na diminuição de greves e outras manifestações. Entretanto, o poder político da Central Única dos Trabalhadores permanece significativo e é nesta contradição que a hipótese de substituição da ação grevista por uma ação midiática é levantada. Ao procurar verificar esta hipótese, o texto percorre as transformações do poder político dos atores sindicais, as novas formas de legitimação desse poder, as relações do campo sindical com outros campos sociais e faz um diagnóstico de um processo de abstração da ação sindical: abstração que separa ação e ato, representante e representado, história e historicidade.*

**Palavras-chave:** ação; abstração; comunicação; sindicato.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

A ação sindical por excelência – a greve – e outras como passeatas, paralisações parciais, que deram origem e constituíram a imagem pública de confronto da Central Única dos Trabalhadores – a CUT –, diminuíram consideravelmente durante a década de 90. Dados do Dieese apontam que, enquanto no período entre 1986 e 1991 ocorreram, em média, 1395 greves por ano, entre os anos de 92 e 96, elas seguiram o ritmo de 366 greves anuais. No Sinttel/PR – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Paraná –, a situação não foi muito diferente. Foram 7 greves entre 1987 e 1993, contra apenas 3 de 1993 a 1999, sendo que dentre estas três, somente uma ocorreu após 1995 – a greve das telefonistas de Foz do Iguaçu, em 1997.

Os motivos externos à organização sindical para que esta forma de ação fosse relegada a um segundo plano são diversos: a mudança da atitude de negociação do Estado, onde a repressão legal à greve dos petroleiros em 1995 é exemplar, o aumento do desemprego, as privatizações, a política econômica recessiva, a crise ideológica, a despolitização da sociedade. Contudo, o contexto coloca problemas, mas as decisões e estratégias para enfrentá-los encontra-se na organização e na ação dos seus atores, pois são esses que conferem sentido aos acontecimentos do mundo e interagem com o mesmo. É preciso, para avançar na compreensão da atual situação do sindicalismo, refletir sobre o processo pelo qual as ações de respostas ao contexto são tomadas. Neste texto, pretende-se dar especial atenção a mediação destas ações feita pelos veículos de comunicação. Processo que passa por jornalistas e dirigentes sindicais, atores que definem suas ações considerando tanto o contexto político e econômico nacional mas, também, os interesses dos trabalhadores.

Rodrigues falando especificamente dos sindicatos cutistas, localiza no IV Congresso Nacional da Central – o IV CONCUT –, ocorrido em 1991, as principais decisões que alteraram a linha de ação da Central. O contexto em que se realizou o IV CONCUT foi dos mais difíceis enfrentados pela CUT. A vitória de Collor sobre o PT na eleição presidencial, em dezembro de 89, significou o início da implantação de um projeto econômico de inspiração neoliberal, empurrando o sindicalismo para uma situação defensiva. Junto com isto, as transformações provocadas pela reestruturação

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

produtiva no âmbito das empresas, seguida de um crescimento cada vez maior do desemprego, a crise internacional dos sindicatos e a falência do chamado socialismo real provocaram uma certa paralisia no movimento sindical brasileiro. O IV CONCUT constituiu-se como o palco onde iniciou-se a delimitação de dois modelos concorrentes de ação:

*A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociações, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central do enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia. (RODRIGUES, 1997, p.183).*

Pode-se visualizar estes dois modelos como uma polaridade entre realizar a disputa com segmentos da classe dominante dentro do nível puramente econômico – melhorar a distribuição dos bens materiais e culturais – ou persistir em um confronto que aliasse a disputa do nível econômico, com uma disputa no campo realmente político (OFFE, 1984). O problema consiste em como fazer esta disputa no nível político sem contar mais com um modelo ideológico, após o desmascaramento do socialismo real.

O primeiro projeto era representado pela tendência majoritária da Central – a Articulação – e outras tendências aliadas - Nova Esquerda, Vertente Socialista e Unidade Sindical. O segundo unia as tendências CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outras pequenas tendências. O embate foi grande e a vitória do primeiro projeto foi por uma margem pequena de votos – 52,16% a 47,84% - e marcada por manobras regimentais (RODRIGUES, 1997). Na ocasião alguns analistas apostaram em um racha da Central, que não ocorreu. Entretanto, hoje, passados quase dez anos, é evidente que a Central não tem a mesma coesão na sua forma de ação, profundamente alterada, migrando do enfrentamento que marcou o final dos anos 70 e 80, para a busca de uma negociação, que privilegia o entendimento e a imagem da organização frente à opinião pública.

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

O grupo Biqueira de Aço, no comando do Sinttel/PR no período do IV CONCURT, compunha uma das tendências derrotadas no Congresso: a CUT pela Base. Em um raciocínio apressado, pode-se concluir, portanto, que o rumo trilhado pelo Sinttel/PR seja radicalmente oposto por aquele seguido pelo grupo majoritário da Central. O simples dado da diminuição do número de greves comandadas pelo Sinttel/PR após 93 invalida tal raciocínio. Contudo, concluir o oposto – a opção do Sinttel/PR pela conciliação – também poderia ser um equívoco. Se as greves diminuíram, outras formas de ação surgiram. Somente uma reflexão coerente sobre essas novas formas de ação, apoiada em uma investigação empírica, poderá formular alguma resposta sustentável, ainda que não definitiva.

### **A imprensa sindical e a nova ação**

Tanto uma ação de enfrentamento como uma ação de negociação podem ser igualmente veiculadas por uma imprensa sindical. Mas quando se pensa em uma imprensa que é parte integrante da ação, ela não será, de forma alguma, neutra nestas transformações que envolveram a organização sindical cutista – e, quiçá, outros setores do sindicalismo brasileiro – durante a década de 90.

Ao compreendermos a notícia, como ficha simbólica, conferimos-lhe a capacidade de transformar o tempo, pela separação que promove entre este e o espaço. Em outras palavras, a notícia abstrai a ação por que separa a ação do ator que desencadeou a notícia e a ação do ator que decodifica esta mesma notícia. Ela transforma a primeira ação em ato impresso, congelado. Mesmo sendo instrumento de ação, no sindicalismo, devido ao caráter implicativo de seus acontecimentos, a notícia sindical contribui para introduzir na organização sindical a história sem historicidade e a participação alheia, características dos meios de comunicação de massa (RODRIGO ALSINA, 1996).

Logo, é legítimo considerar que o tempo da ação sindical é transformado com a profissionalização de sua imprensa. Aliás, ele é duplamente alterado. Em primeiro lugar as diversas ações que colocam em contato dirigentes sindicais e trabalhadores são

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

repensadas temporalmente. Entretanto, há mais uma ação que é repensada. A ação que coloca em contato a organização e o seu contexto político, econômico e social. Se o número de greves sofre uma diminuição, na década de 90, as ações que proporcionam um espaço nos jornais comerciais – eventos, coletivas – aumentam. Para isso, as ações da organização sindical direcionadas aos atores externos – Estado, patrões, opinião pública – precisam considerar o tempo de produção das notícias destes jornais.

A primeira transformação decorre do condicionamento da ação ao tempo de produção do jornal sindical. Na rotina negociada entre jornalistas e dirigentes sindicais do Sinttel/PR, a presença destes junto à categoria, pouco a pouco, passou a ser realizada às quintas ou sextas-feiras, após terem em mãos o jornal. Mais que estabelecer um padrão quase burocrático de contato com os trabalhadores da base, a ação sindical de debater, conversar, ouvir e convencer os trabalhadores transforma-se em distribuição do veículo de comunicação, que passa a ser o responsável por todo este trabalho. Assim, a ação face a face, a ação dialógica privilegiada, transforma-se em ação intermediada, pelo veículo que o dirigente sindical distribui e que lhe rouba a fala.

De ator capaz de incentivar o debate e proporcionar condições para a formação de uma opinião pública crítica – no sentido das opiniões públicas que se formavam nos cafés do início da modernidade (HABERMAS, 1984) – o dirigente se vê refém de uma situação que o coloca como simples propagandista da manchete do jornal, ou mesmo das opiniões quase-públicas geradas na direção sindical. Em certa medida, o tempo da formação de uma opinião pública, que era o tempo do diálogo e do debate entre dirigentes sindicais e trabalhadores transforma-se em tempo do consumo das notícias sindicais.

Mesmo como tempo de consumo, na distribuição dos jornais, é possível a interpelação do trabalhador, que restabelece o aqui e o agora do tempo da relação face a face. O mesmo não pode se afirmar quando se olha para a transformação que o tempo sofre em função da multiplicação do espaço que passa a ser atingido pela ação sindical. Com a reprodução massiva de jornais e boletins, a utilização de boletins por fax, internet e o contato com a grande imprensa que passa a ser mais sistemático, a ação

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



sindical se desprende da presença física de dirigentes e militantes. É o que constata Castro em seu trabalho junto à comunicação do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul: *a Bancnet abre ainda a possibilidade de que a comunicação dos bancários deixe de ser realizada apenas para o público gaúcho, tornando-se o primeiro polo irradiador de informações sindicais bancárias para o Mercosul e para o mundo* (CASTRO, 1998, p.48).

A partir da profissionalização de sua imprensa, o sindicalismo começa a viver o tempo do eterno presente da notícia. A ação não pode ser mais pensada somente em função do seu tempo de execução. Ao contrário, passa a ser pensada em termos de tempo abstrato, em função da potencialidade de ser transformada em ato impresso. A ação não mais se limita à mobilização da base sindical. Ela se lança sem fronteiras de espaço e apresenta-se, simultaneamente, por todo o país ou mesmo pelo mundo, como demonstra a matéria publicada em um veículo do Sinttel/PR:

*A luta pela criação de uma empresa única contava com o apoio financeiro da categoria, que aprovou o desconto de 1% do salário. Com esta verba, o Sinttel/PR produziu duas edições do jornal "Brasil Telecom", 4 mil folders, um encarte na Gazeta do Povo com 140 mil exemplares e fez 600 inserções de rádio. (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999).*

Esta ação pautada pelo tempo da visibilidade contínua e a ampliação do público para que esta ação está voltada, auxiliam na compreensão de um paradoxo do sindicalismo brasileiro hoje. Como, apesar do baixo grau de mobilização dos trabalhadores quando comparado com as décadas de 70 e 80, as organizações sindicais continuam, na década de 90, sendo um ator coletivo do quadro político nacional? Fenômeno que se observa não só junto à CUT, como também com a Força Sindical. Ainda hoje, os deputados federais e estaduais mais votados, oriundos das tendências mais a esquerda no espectro político, são atores que iniciaram a sua atuação política



junto aos sindicatos. O que ocorre é que com a ampliação deste espaço, a fronteira entre a organização e seu contexto diluiu-se. Um novo ator, externo à organização sindical, passou a influenciá-la, a opinião pública. Cumpre-se, também no sindicalismo, o toque de Midas do jornalista, transformar em público tudo aquilo em que ele toca (DADER, 1992). Entretanto, este novo ator provoca transformações em toda organização.

### **A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS INTERNAS**

Após a ação sindical ser transformada em uma ação com visibilidade pública, a partir do encontro da organização sindical com os profissionais de imprensa, as regras do jogo interno de poder entre os atores sindicais se alteram. Um ator específico – o dirigente sindical – é atingido diretamente por esta mudança. Ao seu repertório de armas, táticas e estratégicas, ele se vê obrigado a incorporar a construção de sua imagem pública. Jair Meneguelli, eleito presidente da Central Única dos Trabalhadores, por uma pequena margem de votos – 52,16% a 47,84% (RODRIGUES, 1997) – no IV CONCURTO, é um exemplo de ator que soube lidar com esta necessidade de uma imagem pública. Representando pouco mais de 50% dos delegados, mas como presidente da CUT, Meneguelli soube fazer uso da oportunidade que o seu local na organização lhe proporcionava. Falou, atuou e representou todos os trabalhadores brasileiros, junto ao Estado, a grande imprensa, os representantes patronais e toda a sociedade brasileira, ou seja, junto a atores externos ao meio sindical. Assim como, a partir deste reconhecimento externo, conseguiu reordenar internamente a correlação de forças entre as diversas correntes, consolidando a força do seu grupo político. A eleição de Vicentinho – companheiro de Meneguelli na articulação – para presidente da CUT, no Congresso seguinte, seria muito mais tranquila.

Não há, porém, exercício de poder sem uma legitimação social do mesmo. Cabe perguntar que alterações ocorrem no processo de legitimação da ação dos dirigentes sindicais, com esta publicização da ação. Ao investigar as relações entre comunicação e legitimidade, Rodrigues aponta que, inicialmente, em sociedades tradicionais a legitimidade de dizer e também de fazer, advinha de instâncias transcendentais – fosse



esta instância Deus ou a tradição. O mesmo não se verifica em condições de modernidade, com a autonomização dos campos sociais. Esta autonomização deriva do fato de que *à vontade de poder em que a tradição assenta a sua ordem, a modernidade substitui a vontade de saber e utiliza-a como estratégia de legitimação autônoma* (RODRIGUES, 1994, p.175). Ora, nada mais é senão a razão instrumental ou o agir racional-com-respeito-a-fins como princípio legitimador da modernidade.

Assim, a autonomia e a legitimidade de um campo social advêm da obtenção de *um nível suficiente de especialização do saber instrumental para ditar com autoridade publicamente reconhecida as regras da conformidade expressiva e da conformidade pragmática* (RODRIGUES, 1994, p.175). Poder-se-ia concluir o mesmo do campo sindical, não fosse o seu caráter corporativo, enquanto estrutura organizacional (OFFE,1984). Os interesses dos campos religioso, econômico, científico, jurídico são facilmente assimilados pelo público leigo como coincidentes com os interesses da sociedade. Por sua vez, contrapondo-se à propriedade privada dos meios de produção, o campo sindical é invariavelmente associado a interesses particulares e corporativos.

Assim, a legitimidade da ação sindical conduzida por uma diretoria – ainda que necessite do reconhecimento da sociedade como um todo – fundamenta-se na sanção expressa da base de trabalhadores que ela representa. Como aponta Offe, enquanto a legitimação da atividade organizada do capital – e aqui se pode estender para ações organizadas do campo religioso, jurídico e científico – consolida-se em termos de “interesses do todo”, nas organizações dos trabalhadores são legitimadas enquanto interesses específicos dos beneficiários representados. Ao voltar-se para a esfera pública, enquanto detentora de um reconhecimento, para que esta legitime uma nova ação, os dirigentes sindicais instalam um paradoxo para sua ação. Enquanto campo autônomo, o sindicalismo deriva sua legitimidade da sua própria ordem axiológica, no entanto, busca reconhecimento em outros campos que – mesmo sendo capazes de fornecer este reconhecimento – impõe-lhe uma nova ordem axiológica, pois somente o compreende como um campo corporativo.





Os problemas decorrentes da imposição de uma ordem axiológica externa serão vistos nos tópicos seguintes; por enquanto, é necessário investigar a transformação das correlações das forças internas. Rodrigues, a partir do pressuposto de que é da hierarquia axiológica interna ao campo que os atores legitimam suas posições no mesmo, avalia que *está-se tanto mais perto do vértice da pirâmide de um campo quanto maior for a competência que se possui para criar, gerir, inculcar e sancionar a respectiva ordem axiológica* (RODRIGUES, 1990, p.145). Paralelamente, argumenta que o conjunto dos detentores da legitimidade de um campo constitui o seu corpo, onde a principal característica é sua visibilidade. Por fim, as insígnias (máscaras, tatuagens, fardas) e as modalizações dos discursos, gestos e comportamentos formam as estratégias de visibilidade de um corpo social. O que ocorre, portanto, no sindicalismo, após o seu encontro com os profissionais da comunicação, é este fazer uso de modalizações de discursos e gestos como uma estratégia de visibilidade, em colaboração com os meios de comunicação de massa. Para não abandonar as reflexões de Rodrigues: *É pela comparação das modalizações dos discursos e dos comportamentos dos atores e dos agentes sociais que podemos determinar a sua pertença a um determinado corpo social e o lugar relativo que ocupam na sua ordem hierárquica* (RODRIGUES, 1990, p.146).

Torna-se, assim, impossível determinar os limites entre a organização e o contexto. Atores como o Estado ou empresários passam a ser capazes de conferir legitimidade a alguns atores sindicais e não a outros, desestabilizando o jogo que se pautava pela representatividade interna junto aos trabalhadores que integram a base da organização. Forma-se um círculo vicioso onde a grande imprensa procura determinados atores sindicais, por serem detentores da representação legal e auxiliam, com isso, o processo de legitimação de uma representação simbólica e abstrata. Ao dirigente torna-se menos necessário o contato real com a categoria – podendo fazê-lo virtualmente – e o seu poder é ampliado, possibilitando, em algumas situações, ignorar as tendências minoritárias ou mesmo o padrão dialógico de ação, em função da mudança na mediação dessas relações e da nova carga simbólica que lhe é investida pela sua visibilidade.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Uma comparação entre a realidade do Sinttel/PR e o Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Estado do Paraná pode auxiliar neste debate. No Sinttel/PR, ainda que se utiliza-se a estratégia de acionar a grande imprensa, esta é uma estratégia de comunicação secundária. A política de comunicação pautava-se por diversos veículos próprios do sindicato com distribuição semanal realizada pelos próprios diretores. Soma-se a esta perspectiva de comunicação uma outra decisão política de não propagandear o nome dos diretores do sindicato nas notícias do jornal Biqueira de Aço e nos demais veículos do sindicato. Para o jornal Biqueira de Aço, toda decisão era tomada e toda ação era desencadeada pelo Sinttel/PR, enquanto instituição: *O Sinttel/PR está se transformando em referência de um novo sindicalismo para todo o estado do Paraná. Um sindicalismo sem corporativismo* (JORNAL BIQUEIRA DE AÇO, n.º 03, jul. 1987). Esta forma de agir, em grande medida, impediu a mitificação dos dirigentes sindicais. Como consequência possibilitou que, mesmo estando durante doze anos à frente do sindicato, o grupo Biqueira de Aço convivesse constantemente com uma oposição. Oposição que se manifestava – e isto foi observado empiricamente – constantemente nas assembléias da categoria. A disputa pelo espaço na hierarquia sindical era realizada dentro das regras representativas do próprio campo.

Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores nos Correios optou por uma política de comunicação que privilegia a criação de meta-acontecimentos para a grande imprensa. O jornal do Sindicato – Boca Maldita – tem uma periodicidade mensal, sendo muitas vezes deixado nos locais de trabalho sem que ocorra um encontro entre dirigentes sindicais e trabalhadores. Não cabe aqui um debate sobre as estratégias políticas das duas diretorias, já que a própria estrutura do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios – menor número de dirigentes sindicais, um único carro à disposição – limita em grande parte as estratégias possíveis de comunicação. No entanto, são visíveis as diferenças no jogo interno de disputa pela direção do Sindicato. As assembléias são, via de regra, a confirmação das decisões da diretoria. E mais que isto, a imensa visibilidade adquirida pelo presidente do sindicato, praticamente inviabiliza a atuação de uma oposição. Oposição que, ainda que se esforce para se fazer visível nos períodos

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



que antecedem as eleições sindicais, não consegue articular uma chapa para entrar na disputa.

Não é somente a distribuição interna do poder na organização que se reconfigura. Nesta ação, via comunicação de massa, de se abrir para a esfera pública e nela buscar uma legitimidade calcada na visibilidade, o sindicalismo passa a importar legitimações advindas da ordem axiológica de outros campos sociais. Assim, tanto o conteúdo como a forma da ação se transformam. Com a necessidade de conjugar a opinião pública, a organização se vê diante do problema de emitir um discurso médio, o discurso de massa, característico da grande imprensa. É preciso fazer coincidir os interesses particulares do grupo de trabalhadores que ela representa com aqueles interesses identificados como os interesses de toda a sociedade. Não é de estranhar, portanto, o desaparecimento de palavras como socialismo, classe operária e comunismo e a valorização de expressões com um menor teor corporativo como parceria e a construção de uma CUT-cidadã, por exemplo, assim como o isolamento de ações mais radicais.

Offe vislumbraria aqui uma imposição de formas liberais de ação política sobre as organizações sindicais. Não é mais preciso identificar os reais interesses dos trabalhadores, pois estes interesses já são dados pela ideologia hegemônica da sociedade capitalista. Assim, as ações sindicais vão se desligando da greve, da operação tartaruga, da ocupação de uma fábrica ou empresa e começam a se apresentar como um evento, como ação para a imprensa e a opinião pública. Como manifestação midiática (CHAMPAGNE, 1996). A ação sindical – que nasce como opositora da sociedade capitalista – é mais uma vez domesticada e passa, pouco a pouco, a contentar-se com o embate no campo puramente econômico, deixando ao relento o campo político.

### **A ação para a opinião pública**

*Apesar da derrota contra a quebra do monopólio foi uma grande demonstração de força dos telefônicos. No início de 95, a categoria*

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*aprovou, em assembléia, o desconto parcelado de 12% do salário para financiar a campanha. Foram necessários apenas 8%. Com este dinheiro, o Sinttel e a Fittel produziram uma campanha publicitária com o slogan "A Telebrás não se vende", com cartazes e outros materiais impressos, como a revista Leia, enviada a formadores de opinião e a todos os prefeitos, vereadores e deputados do Paraná. Na TV, foi veiculada uma campanha incisiva, chamando de idiotice o fim do monopólio. (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999).*

Este é um exemplo de ação sindical voltada para a opinião pública. Ou seja, uma ação sindical que potencialmente se oferece *a la vista o contemplación de toda la sociedad en su conjunto, com posibilidad de que lo representado sea motivo de atención general y global y de que ello pueda generar actuaciones y comentarios múltiples de cualquier sujeto individual o colectivo de esa sociedad* (DADER, 1992, p.143). Deixa-se, assim, de lado a ação tradicional de mobilizar milhares de trabalhadores para expressar e lutar pelos seus interesses.

Ao contrário, aposta-se em “trabalhar a opinião pública”, no sentido de torná-la conhecedora de alguns acontecimentos, procurando incentivá-la a um posicionamento que, se bem trabalhado, faria coincidir uma opinião geral da sociedade com os interesses dos trabalhadores. Assim, ao jornalista sindical, cabe incorporar o papel de relações pública e promover uma ação que *mediante uma representação dramática dos fatos e de estereótipos calculados, pretende uma reorientação da opinião pública mediante a formação de novas autoridades ou símbolos que terão aceitação* (HABERMAS, 1984, p.227).

Tal ação pode ser desencadeada de duas maneiras. A primeira, na qual incide o exemplo acima, consiste em produzir veículos comunicativos voltados para um público específico – a revista Leia, voltada para formadores de opinião, deputados, prefeitos – ou deliberadamente comprar espaços comerciais ou mesmo noticiosos nos veículos de

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



grande imprensa – campanha chamando de idiotice o fim do monopólio. A segunda, resume-se a aproveitar pretextos da esfera pública para desencadear eventos que despertem a atenção dos meios de comunicação. Ou seja, a produção de meta-acontecimentos (RODRIGUES, 1990). Em 1992 e 1993, quando o Sinttel/PR lutou para a destituição do então presidente da Telepar, Paulo Cordeiro, foi através de meta-acontecimentos, como entrevistas coletivas para realizar denúncias e distribuição de dossiê sobre Cordeiro para a grande imprensa, que o sindicato pressionou o Poder Público a intervir.

O Sinttel/PR voltou a repetir a estratégia da campanha contra a quebra do monopólio no primeiro semestre de 1998, por ocasião da privatização do Sistema Telebrás. Se, em 95, mesmo com a derrota, a ação do sindicato foi avaliada positivamente, em 98 os diretores começaram a perceber um dos efeitos colaterais deste tipo de ação: a menor participação efetiva da base de trabalhadores. *Foi um episódio atípico. Tivemos a menor taxa de recusas ao desconto da história, mas não conseguimos mobilizar a categoria. Parecia que os trabalhadores reconheciam a importância da proposta, mas não queriam se expor* (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999).

Tal fenômeno é possível porque, como aponta Dader (1992), uma ação para o público, ou voltada para a esfera pública, não é determinada pelo número de pessoas implicadas ou pela implicação direta na vida dessas pessoas, ao contrário, ela se define pela possibilidade de um conjunto anônimo de pessoas de uma coletividade ter conhecimento da mesma. Assim, a força deste modelo de ação não decorre das conseqüências imediatas que ele pode desencadear no campo social em que está inserido, mas por um conjunto de composições com outros campos sociais. Assim, ao construir uma opinião pública favorável às reivindicações dos trabalhadores, a organização sindical está agindo não só no seu próprio campo, mas também compondo com as ações decorrentes do campo político, econômico e midiático.

Como ação que não se pauta mais pela implicação e sim pela sua potencialidade de visibilidade, ocorre uma diminuição considerável da margem de influência e de



decisão concreta de cada trabalhador individualmente. Portanto, esta menor participação, ainda que reconhecendo a importância do interesse a ser defendido, é uma consequência intrínseca do próprio modelo de ação voltada para a opinião pública. O trabalhador deixa de experimentar sua própria história, para vivenciá-la, de forma mediada, alheia e distante. Essa, entretanto, é a consequência mais visível e, nem por isso, a mais importante, nesse processo de composição com os outros campos.

Rodrigues (1990) defende duas formas primordiais de composição entre campos sociais: a cooperação e o conflito. Ao buscar uma composição através da conquista de uma opinião pública não é no conflito que aposta a organização sindical. Afinal, esta modalidade de composição consiste em uma imposição da ordem axiológica do próprio campo sobre os demais. Por apostar em um processo de legitimação externa ao seu campo – como se viu anteriormente – a organização sindical não pode partir para uma composição pelo conflito e está, conseqüentemente, entregue a uma composição por cooperação. Este tipo de composição

*pressupõe, para se manter, a anulação da especificidade da ordem axiológica própria a cada um dos campos cooperantes, reduzindo-se a estratégia a uma pura forma esvaziada de funções específicas que tende a institucionalizar-se, por si própria, num campo mediador com uma ordem axiológica que faz da neutralidade o valor fundamental da sua estrutura e do seu funcionamento (RODRIGUES, 1990, p.150).*

Assim, ao abrir sua ação para a sanção da opinião pública, a organização sindical se coloca em um processo de composição por cooperação com outros campos, os quais, na maior parte das vezes, se encontram em posição de impor suas respectivas ordens axiológicas, já que ao campo sindical – como subproduto do capitalismo – será sempre impossível impor seus interesses como identificados com os interesses gerais da sociedade. Ao contrário, ao delegar o processo de legitimação de suas ações para a esfera pública torna-se refém de uma esfera que para Rodrigues cria e mantém a



regularidade da linguagem e das ações, assim, como define os estatutos e os papéis, tanto de atores individuais como coletivos. Presencia, por isso, o crescimento de um padrão monológico de ação coletiva, onde os interesses já estão definidos pela própria esfera pública, em detrimento do padrão dialógico de ação do qual depende fundamentalmente o seu poder.

Offe chama a esta inversão, onde o padrão monológico se impõe, de um crescimento de formas políticas liberais nas organizações sindicais. O autor alemão compreende que os sindicatos são organizações amplamente aceitas nos Estados capitalistas avançados. Isto se deve ao fato de que tal instituições representam um fator de ordem e de previsibilidade. Sem as organizações sindicais, os conflitos trabalhistas tenderiam a ser mais difíceis de controlar. Há, portanto, uma tentativa, tanto do Estado como de outras organizações sociais, de exercer um controle sobre a ação sindical. Nesta compreensão Offe estabelece um diálogo com a segunda teoria crítica, aquela que, para Horkheimer, aparece nos anos 70 e que não se preocupa mais com uma proposta marxista revolucionária, mas sim com a crítica do mundo administrado. É aqui que as reflexões de Offe encontram esta ação sindical voltada para a opinião pública, que tem sido caracterizada através de Rodrigues.

Ao realizar uma análise das propostas de transformações dos padrões legais da ação sindical debatidas nos países europeus no final da década de 70, Offe delimita três estratégias para impor formas políticas liberais: 1) limitações das áreas substantivas do interesse de representação pelos sindicatos; 2) institucionalização de modos alternativos, não associacionistas, da representação de interesses da classe operária; 3) aumentos estatutários da diversidade e do conflito dentro dos sindicatos (OFFE, 1984, p. 99-102).

Ora, ainda que a estratégia da ação voltada para a opinião pública seja fruto dos próprios atores internos ao sindicalismo – em especial dirigentes e jornalistas – e não uma imposição do Estado ou de outros atores sociais, ela não deixa de ser uma guinada para uma forma liberal de ação. Trata-se, afinal, exatamente, de ampliar uma “maioria silenciosa”. Se essa ação é capaz de trazer ganhos concretos aos trabalhadores, também é inegável a diminuição da dimensão política da mesma e o fortalecimento de conflitos





realizados puramente no campo econômico. Não por coincidência, os embates liderados pelos sindicatos, na década de 90, têm sido marcados pela luta para a manutenção de conquistas econômicas – tíquetes, participações nos lucros, produtividade – sem realizar uma ampla contestação da sociedade capitalista. Na ação voltada para a opinião pública, o trabalhador é, pouco a pouco, separado da ação sindical criando as condições para um processo de abstração da ação sindical.

### **A ABSTRAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL**

A abstração da ação consiste em um processo social pelo qual a ação se desencaixa do seu aqui e agora. Ou seja, a ação se liberta do seu tempo e do seu espaço de realização. Evidentemente, não é a ação em si que se desencaixa. O que ocorre é que o ato (SCHUTZ, 1974) – enquanto resultado desta ação – adquire a possibilidade de circular na esfera pública. Para Giddens, esta é uma característica da modernidade, pois somente em condições de modernidade foi possível a proliferação das fichas simbólicas e dos sistemas peritos, elementos responsáveis por esta circulação do ato. Em resumo, o ato se distancia do ator ou dos atores que lhe deram origem.

A notícia, como uma construção discursiva que faz coincidir singularidade e universalidade (GENRO FILHO, 1988), constitui-se, por sua vez, em um modelo privilegiado de ficha simbólica da contemporaneidade. Todo o processo de ações que permeia a construção de uma notícia – criação deliberada do fato como meta-acontecimentos por atores sociais, a edição jornalística, a interpretação do jornalista – é ignorado no seu consumo. Ao contrário, o ator que recebe e interpreta a notícia vivencia-na como ação instantânea que se desenvolve naquele momento diante dos seus olhos. A notícia produz, assim, não um consumo da ação, mas do ato como ação. É neste sentido que a notícia produz uma abstração da ação.

Este raciocínio permite a seguinte indagação: esse processo ocorre em relação à ação sindical brasileira da década de 90? E se ocorre, em que medida e com quais conseqüências ele se concretiza? Até o presente momento, foi possível verificar que a entrada do profissional de comunicação nos sindicatos e a massificação dos veículos de





comunicação destas organizações transformaram o tempo e o espaço da ação sindical, modificando as relações de poder dentro da organização e produzindo uma nova ação voltada para a opinião pública. Mas há uma separação da ação e dos atores que a produziram? Ocorre uma cristalização da ação sindical como ato?

Na revista *Leia*, editada pelo Sinttel/PR em conjunto com a Federação dos Telefônicos durante o processo de quebra do monopólio das telecomunicações, há uma matéria que fornece pistas para pensar tais questionamentos. A matéria “*A ágora da Embratel – Em plena ditadura, estatal fez uma experiência pioneira em democracia direta informatizada*” (REVISTA LEIA, edição única, out. 1993) ilustra e fornece elementos pertinentes ao debate. A matéria é construída em terceira pessoa do singular, o que já foge dos padrões da imprensa sindical. Mais que isto, apresenta-se em um tom quase neutro, onde o enunciador passa quase despercebido, podendo perfeitamente ser veiculada em qualquer jornal ou revista da grande imprensa. Apenas pequenos comentários irônicos denunciam um autor do discurso, como neste trecho da matéria: *Contava com técnicos suficientemente capazes de realizar o mesmo trabalho, apenas em troca dos salários que merecidamente ganham (e tem gente que acha muito)* [sem grifo no original] (REVISTA LEIA, edição única, out. 1993).

Ora, a mudança da primeira pessoa do plural – característica marcante dos jornais sindicais – para a terceira pessoa do singular não significa, necessariamente, um recuo em relação à luta de classes ou uma política de colaboração. Ao contrário, denuncia uma mudança de estratégia comunicativa. Ao voltar a ação para a opinião pública, as organizações sindicais apropriam-se dos formatos discursivos da grande imprensa, os quais se apoiam na falsa objetividade e neutralidade como recursos legitimadores das enunciações. Neste sentido, pode-se observar claramente uma separação entre os atores sindicais e sua ação. Na ação voltada para a opinião pública há um ocultamento do ator sindical. A ação passa, necessariamente, por um filtro neutralizante que pode ser a grande imprensa – quando a ação é desencadeada como meta-acontecimento – ou o formato discursivo em terceira pessoa, quando em veículo do próprio sindicato.



Mas, por outro lado, ainda que oculto, o ator sindical está presente e se mostra. *Compreende-se porque as estatais incomodam tanto...* (REVISTA LEIA, edição única, out. 1993). Mesmo querendo passar despercebido, ele se denuncia porque não pode se pautar totalmente pelo discurso informativo do jornalismo genérico. A sua ação iminentemente dialógica – ainda que cada vez mais contaminada por um teor monológico como se viu – exige-lhe uma tomada de posição, pois se insere em um universo de fatos e discursos implicativos. Assim, não é possível à ação sindical cristalizar-se totalmente em ato. Ainda que, em determinados momentos, o contato da organização com o trabalhador seja puramente mediado por um veículo informativo, cada interpelação recebida pelo dirigente no momento da panfletagem restabelece a ação face a face e sua carga dialógica.

A entrada do profissional de comunicação no sindicato contribui para a aceleração de um processo que, em grande medida, separa os atores. Entretanto, não é possível a todo momento congelar a ação em ato, porque esta possui um forte caráter implicativo que lhe impede de ser ponto de chegada para simples consumo de atores distantes ou alheios. A ação sindical, mesmo que impressa e solidificada em uma página de jornal, boletim ou fax é sempre ponto de partida para novas ações. Ela não é objeto de consumo, mas objeto persuasivo. Como objeto comunicativo, traz em si o paradoxo de se constituir enquanto estrutura instituinte e instituída. Assim, a ação sindical veiculada pela sua imprensa, ou mesmo pela grande imprensa, tanto reforça visões de mundo – muitas vezes contrárias ao que defende a organização – como possibilita transformações desejadas.

A ação do jornalista dentro da organização sindical traz para o sindicalismo o problema da abstração da ação – processo característico da modernidade. Entretanto, este processo não se completa da mesma forma que em outros setores da sociedade. Se os atores são separados da ação por um processo de desencaixe – e isto ocorre – o processo de reencaixe que se segue, realiza-se de maneira implicativa. Conseqüentemente, não é possível um reencaixe como puro ato congelado. Apesar de todo o caráter monológico das fichas simbólicas, a natureza dialógica da ação coletiva sindical não se deixa vencer e reaparece. Enfim, enquanto a organização sindical



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

representar interesses que não coincidem com os interesses hegemônicos, jamais poderá absorver todos os mecanismos pelos quais a história sem historicidade se impõe para um público consumidor. Estará sempre falando e agindo, afinal, em nome de um grupo social que, mesmo não tendo claro quais são os seus interesses, desconfia que eles não coincidem com os interesses dominantes.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. *Imprensa sindical* : instrumento de ação e objeto de conhecimento (1977-1990). São Paulo: 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CASTRO, Cosette. As transformações do mundo do trabalho e a comunicação sindical. in: *Revista da Intercom*, São Paulo: v. XXI, n.1, p. 39-51, jan./jun. 1998.
- \_\_\_\_\_. Tropeçando no Espelho: um estudo da comunicação sindical. in: *XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: INTERCOM, GT Cultura e comunicação popular*, Recife: 1998.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DADER, Jose Luis. *El periodista en el espacio publico*. Barcelona: Casa Editorial, 1992.
- GADINI, Sérgio Luiz. Considerações acerca do horizonte de verdade no discurso na imprensa sindical. in: *Transformações do jornalismo brasileiro: ética e técnica*. [Organizado por José Marques de Melo]. São Paulo: Intercom, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Jornalismo e acontecimento: a produção de sentido no discurso da informação*. Salvador: 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.
- GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Cláudia. *Imprensa sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o "mugging" nos media. in: *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. [Organizado por Nelson Traquina]. Lisboa: Vega, 1993.
- LEIA. Brasília: FITTEL, 1993.
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MOMESSO, Luiz. *Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas*. Recife: UFPE, 1997.
- MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Dennis de. Imprensa sindical: a fala para o outro. in: *XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: INTERCOM, GT Cultura e comunicação popular*, Piracicaba: 1994.
- REVISTA BIQUEIRA DE AÇO. Curitiba: Sinttel/PR, 1999.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 1990.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: G. Gili, 1983.

VIEIRA, Toni André Scharlan. *Comunicação sindical: proposta de uma política para as entidades*. Canoas: ULBRA, 1996.